

GREVE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS CONTINUA



NESTA EDIÇÃO:

***19/10 => ANDES-SN TEM AUDIÊNCIA COM O MINISTRO DA EDUCAÇÃO E ENTREGA A CONTRAPROPOSTA DO SINDICATO NACIONAL**
PÁGINAS 2 A 5

***21/10 => MEC RESPONDE À CONTRAPROPOSTA DO CNG/ANDES-SN E DIZ NÃO HAVER DISPONIBILIDADE PARA MAIS RECURSOS**
PÁGINA 5

***26/10 => CNG/ANDES-SN TEM NOVA REUNIÃO O MEC**
PÁGINA 7

MEC E CNG/ANDES-SN VIVEM IMPASSE EM RELAÇÃO ÀS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA DOCENTE: GOVERNO TENTA DESQUALIFICAR A CONTRAPROPOSTA DO ANDES-SN

PÁGINA 7

E MAIS:

***INFORMES SOBRE AS ASSEMBLÉIAS DA ADUR-RJ, DE 20 E 25/10**
PÁGINA 11

***REUNIÃO DOS FILIADOS CONVENIADOS À UNIMED**
PÁGINA 12

***INFORME JURÍDICO DA ADUR-RJ**
PÁGINA 12



**REUNIÃO COM OS ASSOCIADOS DA ADUR
CONVENIADOS À UNIMED**

**DIA 07/11/05 (SEGUNDA-FEIRA), ÀS 9H, NO GUSTAVÃO
PAUTA: A PROPOSTA DA UNIMED**

ANDES-SN TEM AUDIÊNCIA COM O MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Em 19 de outubro passado, o CNG do ANDES-SN se reuniu com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e os representantes do SESu (Secretaria da Educação Superior), Nelson Maculan e Ronaldo Mota. Nesta reunião, Fernando Haddad informou que havia conversado com o Presidente Lula sobre a aprovação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o projeto de Reforma do Ensino Superior e a situação salarial dos professores. De acordo com o Ministro, o governo considera esses três pontos essenciais, mas qualquer resolução sobre o assunto não depende do MEC e sim dos ministérios que controlam o orçamento.

Segundo Fernando Haddad, o MEC acredita ter conseguido alguns avanços, como a aprovação do plano de carreira para a FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras) e a contratação de mais professores para o ensino superior. Na avaliação do Ministro, os estudantes têm recebido bem as iniciativas do governo no que se refere à Educação.

Fernando Haddad disse ter ficado otimista em relação a nova oferta do Ministério da Educação – que apresentou, no último dia 11 de outubro, um acréscimo de R\$108 milhões à primeira proposta de R\$395 milhões. Contudo, esta nova proposta de R\$503 milhões não é suficiente para o encerramento da greve docente.

Após defender a nova proposta do governo e afirmar que não haverá mais alocação de recursos, Haddad perguntou se na contraproposta apresentada pelo Sindicato Nacional dos Docentes havia alterações que justificassem o envolvimento do MEC para a sua viabilização, afirmando que esta seria válida apenas se resolvesse o impasse entre o governo e os professores.

Marina Barbosa Pinto, presidente do ANDES-SN, disse que as assembleias de docentes das bases do Sindicato Nacional – a única entidade legítima para negociar em nome da categoria – rejeitaram a proposta do governo. Ela esclareceu que os docentes têm expectativa de que este governo resolva alguns dilemas centrais que atingem o salário dos professores, respeitando os princípios de paridade e isonomia.

Segundo a presidente do ANDES-SN, a nova proposta do MEC apresenta sérios problemas em relação aos professores do ensino médio, fundamental e do magistério superior, gerando distorções que dificultam a construção de uma proposta de carreira. Além disso, o valor disponibilizado pelo MEC seria aplicado apenas em 2006.

De acordo com o primeiro vice-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, a nova proposta do governo não contempla alguns pontos importantes para a categoria. Além disso, pela proposta do governo, alguns docentes não receberão o aumento considerando a reposição da inflação do período.

Eles lembraram ao Ministro que a categoria espera que o MEC seja capaz de apresentar soluções que solvam esse impasse e que atendam as reivindicações da categoria.

CNG/ANDES-SN E MEC SE REÚNEM NOVAMENTE, MAS NÃO CHEGAM A CONSENSO ACERCA DAS REIVINDICAÇÕES DA CLASSE DOCENTE

Em 19 de outubro, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN reuniu-se com representantes do MEC, alguns parlamentares, e com o PROIFES (Fórum de Professores das Instituições Federais e Ensino Superior) – que tem sido convidado pelo governo para participar das reuniões, com o intuito de desmobilizar o Sindicato Nacional dos Docentes.

Na ocasião, o Secretário Ronaldo Teixeira disse que o aumento de R\$100 milhões na proposta do MEC é um avanço e que o Ministério da Educação deseja avançar nas negociações com a categoria.

Marina Barbosa Pinto, presidente do Sindicato Nacional, disse que o CNG/ANDES-SN é a única entidade legítima para representar a categoria e negociar a pauta de reivindicações da greve das IFES.

Em seguida, ela informou aos presentes que a proposta do MEC foi rejeitada pela categoria, e apresentou a contraproposta do movimento docente, relembrando os princípios que a norteiam:

- 1) Paridade entre os salários dos docentes na ativa, aposentados e pensionistas.
- 2) Isonomia: mesma remuneração por trabalho igual.
- 3) Recuperação do poder aquisitivo diante da perda inflacionária.
- 4) Extinção das gratificações com suas incorporações para efetivar o fortalecimento do vencimento básico.
- 5) Fim das remunerações por critérios produtivistas.

Além disso, Marina Barbosa criticou a metodologia que o governo vem adotando nestas negociações, negociando em separado com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional). Segundo a presidente do ANDES-SN, 40% da base do Sindicato Nacional é composta por professores do ensino médio e fundamental. De acordo com Marina Barbosa, a pauta de reivindicações dos docentes do 1º e 2º graus e do magistério superior é a mesma.

O governo reafirmou que a proposta apresentada destina-se ao ano de 2006, contrariando a reivindicação do movimento docente, que deseja o aumento para este ano, retroativo ao mês de maio.



DOCUMENTO ENTREGUE AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, PELO CNG/ANDES-SN, EM 19/10/05:

ANÁLISE DA PROPOSTA FEITA PELO MEC EM 14/10/2005 E APRESENTAÇÃO DA CONTRAPROPOSTA DO CNG/ANDES-SN E DOS DOCENTES DAS IFES

INTRODUÇÃO:

As assembleias gerais realizadas nos últimos dias nortearam o Comando Nacional de Greve reafirmando os seguintes princípios:

1. Paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas.
2. Isonomia: mesma remuneração por trabalho igual.
3. Recuperação do poder aquisitivo diante da perda inflacionária.
4. Extinção das gratificações com suas incorporações para efetivar o fortalecimento do vencimento básico.
5. Fim das remunerações por critérios produtivistas.

Com base nas orientações acima foi desenvolvida avaliação do processo de negociações, da proposta encaminhada pelo MEC no dia 14 de outubro de 2005, bem como as indicações de prioridades para o efetivo atendimento dos interesses da categoria.

1. SOBRE A REPRESENTAÇÃO SINDICAL:

Por decisão unilateral e arbitrária do MEC, o ANDES-SN tem sido, desde junho de 2004, excluído das negociações que envolvem os professores da carreira de 1º e 2º graus, a despeito deste sindicato representar cerca de 40% dos docentes desta carreira, entre ativos, aposentados e pensionistas das IFES (vide anexo I). Os dirigentes do MEC são também conhecedores de que a pauta de reivindicações dos professores é a mesma para o ANDES-SN e para o SINASEFE, com exceção do item referente a planos de saúde. Não há, portanto, qualquer justificativa plausível para a insistente atitude discriminatória do MEC em relação ao nosso sindicato.

Paralelamente, o MEC guiou o PROIFES à condição de representação sindical, convidando-o à participação em grupo de trabalho e, mais recentemente, nas reuniões de negociação da pauta da greve dos docentes. Isto acontece apesar das declarações de seus dirigentes de que o PROIFES é apenas um "fórum de professores" e não um sindicato, não lhe cabendo, portanto, a representação sindical dos professores.

O comportamento dos dirigentes do MEC em tais questões não é de neutralidade. Ao contrário, constitui-se em atos de desrespeito à liberdade de organização sindical, pois não compete ao governo escolher as representações sindicais dos trabalhadores. Estes atos são autoritários e inéditos, não encontrando paralelo em governos anteriores e é intensa a perplexidade dos professores diante deles.

As atitudes acima geraram tensões desnecessárias durante todo o processo de negociações e precisam ser rapidamente revistas para possibilitar o seu desenvolvimento em clima de respeito mútuo.

Salientamos, por fim, que o ANDES-SN, sindicato com 72 mil sindicalizados, busca, nas negociações, obter os melhores resultados para os professores e jamais a promoção de disputas políticas por representação. Estas, se estão ocorrendo, foram introduzidas por outros, não cabendo ao MEC, em hipótese alguma, arbitrar sobre elas.

2. SOBRE A METODOLOGIA PARA CÁLCULOS DOS IMPACTOS FINANCEIROS:

Nas negociações tem ocorrido divergência em relação à consideração ou não da contribuição do governo ao PSS no montante geral a ser destinado ao atendimento das reivindicações. O próprio Tesouro Nacional, no balanço "Resultado Fiscal do Governo Central" de agosto de 2005, p. 4. (anexo II), destaca que tal contribuição "não tem efeitos financeiros ou sobrecarga tributária do governo, por ser essencialmente o resultado de um registro contábil". Não há dúvidas, portanto, de que os cálculos de impactos financeiros das propostas não devem considerar a contribuição do governo ao PSS como despesa, e insistimos em tal metodologia porquanto não foi instituído o fundo do PSS e, conseqüentemente a referida contribuição tomar-se despesa financeira.

Insistimos, ante a exposição feitas pelo Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, na última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que os recursos para reestruturação de carreiras e cargos propostos para o orçamento totalizam R\$ 1.217 bilhões e que as mudanças a serem feitas nas

carreiras do magistério não devem ter seus impactos financeiros incluídos nos montantes destinados para as negociações salariais.

3. DATA DA INCIDÊNCIA DO REAJUSTE:

Todas as nossas reivindicações salariais foram apresentadas para incidirem em 2005. O governo decidiu conceder reajustes apenas em janeiro de 2006. Mesmo na hipótese de um mesmo reajuste, há perda para o trabalhador se o mesmo for aplicado um ano depois. Em pior situação, no caso específico da proposta do dia 14/10, ficaram os aposentados que teriam o aumento de 91 para 115 pontos da GED somente em julho de 2006.

As assembleias reafirmaram a necessidade de que os reajustes sejam concedidos em 2005, devendo ficar para o próximo período apenas as questões referentes à carreira e aos novos concursos.

4. GED, GEAD, PARIDADE E ISONOMIA:

Após a criação da GEAD (julho de 2005 com retroatividade a maio daquele ano), o ANDES-SN formulou a reivindicação da equiparação da GED e da GEAD pelos valores mais altos por titulação. O MEC adotou o congelamento da GED em 140 pontos para o pessoal em atividade e elevou de 60% (84 pontos) para 65% (91 pontos) para os aposentados e pensionistas argumentando tratar-se de um passo rumo à paridade, o que seria obtido no médio prazo. Para este fim foi constituído o GT em dezembro de 2004 e que teve seus trabalhos encerrados em 30 de setembro de 2005, sem que tivesse dado conta de sua tarefa.

A proposta do dia 14 de outubro reduz a diferença entre os aposentados e pensionistas em relação aos em atividades (91 pontos para 115 pontos) sem, no entanto, completá-la e sem promover a isonomia entre GED e GEAD, além do atraso em sua implantação.

Qualquer alteração de valores da GED e da GEAD deve ocorrer exclusivamente para atender a isonomia entre as duas carreiras e a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Não se deveria promover mudanças em tais gratificações como forma de concessão de reajuste salarial como o faz a proposta de 14 de outubro, ao elevar os valores dos pontos da GED para algumas titulações.

5. AUMENTO DOS INCENTIVOS:

O MEC apresentou a proposta de aumento de 50% nos incentivos à titulação sob a argumentação de valorização dos profissionais mais qualificados, estímulo à qualificação e criação de um ambiente de trabalho atrativo em relação a outros.

Para que esta proposta seja apreciada é necessário verificar primeiramente como são as diferenciações em função da titulação na composição atual das remunerações dos docentes. O quadro abaixo mostra as relações percentuais atualmente existentes para cada título em relação ao graduado de cada classe e nível, para o vencimento básico (VB) e para a remuneração total (RT) e tais relações na proposta apresentada pelo MEC. Observa-se que as diferenças são maiores na remuneração total que no vencimento básico. Isso se dá devido ao incremento da GED que também é diferenciado por titulação. Verifica-se que as variações com o aumento de 50% nas titulações combinadas com os aumentos dos pontos da GED para a graduação, aperfeiçoamento, especialização e mestrado significam pequenas alterações nos diferenciais hoje existentes, sendo que para o caso de aperfeiçoamento a relação proposta ficaria menor que a existente.

A conclusão é que a proposta é praticamente inócua para atender a valorização da titulação pretendida pelos proponentes. A razão disso é, como evidenciado pelo quadro a seguir, o baixo valor do vencimento básico em relação à remuneração total e ao peso significativo da GED na composição total. A titulação já é bastante valorizada na remuneração atual. A elevação dos valores da GED foi proposta na direção oposta do aumento dos incentivos. A valorização pretendida por uma medida foi minimizada pela outra.

Esta proposta foi rejeitada pelas assembleias, que insistiram na reivindicação de reajuste de 18% no vencimento básico de todos os professores das carreiras de 1º, 2º e 3º graus, ativos, aposentados e pensionistas, para que se tenha o fortalecimento isonômico do vencimento básico.

Análise comparativa na variação da situação atual dos incentivos no vencimento básico e na remuneração total (em percentuais)

DE		Aperfeiçoamento					Especialização				
		Atual		Proposta MEC		Diferença	Atual		Proposta MEC		Diferença
CLASSE	NIVEL	VB	RT	VB	RT		VB	RT	VB	RT	
TITULAR	U	5,0	6,28	7,5	5,60	-0,68	12,5	11,39	18,5	14,60	3,21
ADJUNTO	4	5,0	6,47	7,5	5,30	-1,15	12,5	11,30	18,5	13,99	2,69
	3	5,0	6,52	7,5	5,25	-1,27	12,5	11,29	18,5	13,86	2,57
	2	5,0	6,56	7,5	5,18	-1,38	12,5	11,26	18,5	13,73	2,47
	1	5,0	6,60	7,5	5,11	-1,49	12,5	11,24	18,5	13,60	2,36
ASSISTENTE	4	5,0	6,70	7,5	4,99	-1,71	12,5	11,20	18,5	13,34	2,14
	3	5,0	6,70	7,5	4,92	-1,78	12,5	11,18	18,5	13,20	2,02
	2	5,0	6,80	7,5	4,85	-1,95	12,5	11,16	18,5	13,07	1,91
	1	5,0	6,80	7,5	4,79	-2,01	12,5	11,13	18,5	12,94	1,81
AUXILIAR	4	5,0	5,88	7,5	4,66	-1,22	12,5	11,09	18,5	12,68	1,59
	3	5,0	6,98	7,5	4,60	-2,38	12,5	11,07	18,5	12,55	1,48
	2	5,0	7,02	7,5	4,53	-2,49	12,5	11,05	18,5	12,41	1,36
	1	5,0	7,07	7,5	4,47	-2,6	12,5	11,02	18,5	12,29	1,27

6. CLASSES ESPECIAIS DE PROFESSOR ASSOCIADO:

Em que pese a importância da criação das novas classes, há um consenso de que elas não podem ser consideradas como reajuste salarial por serem elementos da carreira, tendo causado grande perplexidade a divulgação feita pelo MEC de que os professores teriam reajustes de até 25%. Deduz-se que tal divulgação levou-se em conta a criação da classe de professor associado.

Reiteramos que os impactos financeiros decorrentes da criação das novas classes deverão ser custeados pelo orçamento destinado a reestruturação de carreira e, portanto, deverão ser garantidos pelos recursos destinados pelo Ministério do Planejamento para este fim.

DE		Mestrado					Doutorado				
		Atual		Proposta ME		Dif.	Atual		Proposta MEC		Diferença
CLASSE	NIVEL	VB	RT	VB	RT		VB	RT	VB	RT	
TITULAR	U	25,00	36,90	37,50	41,02	4,12	50,00	92,73	75,00	100,19	7,46
ADJUNTO	4	25,00	38,66	37,50	41,60	2,94	50,00	84,69	75,00	90,88	6,19
	3	25,00	39,06	37,50	41,71	2,66	50,00	85,70	75,00	91,32	5,60
	2	25,00	39,47	37,50	41,83	2,36	50,00	86,76	75,00	91,78	5,02
	1	25,00	39,90	37,50	41,95	2,05	50,00	87,85	75,00	92,25	4,4
ASSIS- TEN- TE	4	25,00	40,76	37,50	42,19	1,43					
	3	25,00	41,20	37,50	42,31	1,11					
	2	25,00	41,63	37,50	42,43	0,80					
	1	25,00	42,06	37,50	42,55	0,49					

7. INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES – GAE, GED, GEAD. QUESTÃO NÃO RESPONDIDA PELO MEC:

A incorporação das gratificações é reivindicação prioritária dos professores. Estranhamente, fora o aumento do número de pontos na GED para os aposentados, o MEC não apresentou nenhuma outra medida que aponte caminho para a equiparação das gratificações e suas incorporações. Lembramos que os técnicos-administrativos incorporaram a GAE há quatro anos e que os servidores do MEC não percebem tal gratificação. O fortalecimento do vencimento básico demanda a incorporação de todas as gratificações.



8. OUTRAS QUESTÕES NÃO RESPONDIDAS:

O documento do MEC (Ofício 555/05) não responde aos questionamentos feitos pelo Comando Nacional de Greve (CNG) concentrando-se exclusivamente na apresentação da proposta que o MEC elaborou. Não há qualquer menção à liberação de novos concursos públicos para preenchimento de vagas. Reiteramos as questões apresentadas pelo CNG na Carta 315/05, de 7 de outubro de 2005, a saber:

- 1- preliminarmente a pactuação de uma lógica conceitual e prioridades sobre as quais se aplicará o montante de recursos a ser disponibilizado;
- 2- a explicitação do Ministério de sua posição expressa ao longo de 2005 no GT-MEC, além de reiteradas manifestações públicas de autoridades do Ministério, em defesa da paridade e extinção da GED;
- 3- a necessidade de apresentar projeções e detalhamento da repercussão financeira dos itens da pauta de reivindicações dos docentes das IFES;
- 4- firmar disposição política para negociar alternativas que viabilizem a recuperação e reestruturação salarial, proporcionando assim a valorização do trabalho docente."

9. PROPOSTA:

1. Equiparação da GED e da GEAD pelos valores máximos por titulação, criando uma única gratificação fixa, com paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas a partir de janeiro de 2006.
2. Reajuste de 18% no vencimento básico retroativo a maio de 2005.
3. Criação das classes Especial e Associado a partir de janeiro de 2006, com recursos orçamentários destinados à reestruturação de carreira.
4. Abertura de concursos públicos que preencham as vagas existentes e assegurem o processo de fortalecimento e expansão das IFES, com cronograma para o seu pleno cumprimento a partir de novembro de 2005, com recursos orçamentários que não interfiram nos montantes destinados ao atendimento das demais medidas ora em negociação.
5. Criação de grupo de trabalho com a participação dos dois sindicatos representativos dos professores, ANDES-SN e SINASEFE, com instalação em novembro de 2005 e com prazo para conclusão dos trabalhos em maio de 2006.

Brasília, 19 de outubro de 2005

Fonte: Comunicado Especial do CNG/ANDES-SN.



Calendário de lutas do ANDES-SN

· 2 a 4/11/2005 – 1º Encontro dos Docentes do Setor das IPES - Rumo à Expansão do Setor – ANDES-SN, Brasília.

• 4/11/2005 – Reunião MEC e ANDES-SN

• 18 e 19/11/2005 – 2º Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, Rio de Janeiro (UERJ)

21/10/05: MEC RESPONDE A CONTRAPROPOSTA DO CNG/ANDES-SN

Ao: ANDES-Sindicato Nacional e Pró-IFES
Assunto: Proposta MEC

Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC
Brasília, 21 de outubro de 2005

Senhores Dirigentes,

1. O atual governo, ao assumir o mandato em 2003, encontrou uma política de recursos humanos bastante precária para o setor público, em função da redução e da falta de reposição dos quadros de pessoal bem como a indefinição sistemática de uma política salarial que acarretou em baixa remuneração dos servidores públicos, particularmente dos quadros que compõem as Instituições Federais de Ensino.

2. A despeito das dificuldades orçamentárias e entendendo a legítima reivindicação dos servidores públicos, foi implementada uma política progressiva de recomposição salarial que, segundo dados do Ministério do Planejamento, no período de 2003 a 2005 os percentuais de reajustes variaram de 25,24% a 55,24% para os docentes do magistério superior. Não obstante, o Ministério da Educação tem se empenhado no sentido de dar continuidade à ação de recomposição salarial e dos quadros de pessoal das IFES.

3. Assim, a proposta apresentada no último dia 14 de outubro retoma a perspectiva de progressão para o conjunto dos servidores docentes com a criação da classe associada, a valorização da qualificação e desempenho docente, além de minimizar a defasagem salarial entre ativos e aposentados. Esta proposta traz um ganho salarial com consequência da implantação de uma política maior visando não apenas a recomposição dos índices inflacionários do governo Lula. O Ministério da Educação ratifica a destinação de recursos que totalizam em torno de R\$ 500 milhões e com efeitos a contar do próximo ano.

4. A contraproposta apresentada pelo ANDES - Sindicato Nacional constante no documento entregue na reunião do dia 19/10, no que se refere à reposição salarial (itens 1 e 2), representa um desembolso anual de aproximadamente R\$ 1 bilhão e 300 milhões, valores muito acima da disponibilidade orçamentária para este fim. Com relação ao item 3 do documento apresentado pelo ANDES, no que diz respeito à classe de professor associado entendemos que nossa proposta atende parte da reivindicação. Com relação ao item 4 relativo à recomposição dos quadros docentes, o MEC tem adotado uma postura pró-ativa na busca das autorizações para realização de concursos públicos para a reposição e expansão da rede de Instituições Federais de Ensino. Com relação ao item 5, entendemos que há plena condição de abriremos esta discussão.

5. Em relação à contraproposta do Pró-IFES, entendemos que os itens 1, 4 e 5 relativos ao aumento de 50% nos atuais percentuais de incentivo à titulação, reposição das perdas da inflação e a criação de um GT carreira foram contemplados na nova proposta que apresentamos abaixo. Com relação ao item 2 da proposta do Pró-IFES não há disponibilidade de recursos para atendimento desta proposta. No entanto criamos mais um nível para a classe de professor associado e mantivemos a proposta anteriormente apresentada para o professor titular.

6. Diante do exposto, buscamos aprimorar a proposta nos seguintes termos:

- Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.
- Criação da Classe de Professor Associado com quatro níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de "step" em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de "step" em relação ao nível 1; o nível 3 com 3% de "step" em relação ao nível 2; e o nível 4 com "step" de 3% em relação ao nível 3.
- Aumento da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.
- Aumento nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (16%), aperfeiçoamento (12%), e mestrado (5%) a fim de proporcioná-los a reposição da inflação do período.
- Ampliação da pontuação da GED para os inativos, passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.
- Criação de Grupos de Trabalho com prazos previamente estabelecidos para a discussão da carreira do magistério federal.

7- Diante do exposto aguardamos posicionamento das entidades.

Atenciosamente,

Jairo Jorge da Silva – *Secretário-Executivo* e **Ronaldo Teixeira da Silva** – *Secretário-Executivo Adjunto*

AValiação DO CNG SOBRE O CONTEÚDO DO OFÍCIO Nº 581/2005/SEAD-MEC, DE 21 DE OUTUBRO DE 2005

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior se aproxima dos dois meses e poderá chegar a um impasse propositalmente criado pelo governo. Nesse período, o movimento grevista defendeu sua pauta de reivindicações, que incluía o respeito à isonomia e à paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas; um reajuste para repor as perdas inflacionárias do último período; a criação das classes de professor associado e especial (como passo para a implantação de uma nova carreira); a abertura de mais vagas para concursos públicos de professores; e a incorporação das gratificações, que hoje representam até 80% do vencimento dos docentes.

Desde o início das negociações, o MEC/governo insistiu em outra lógica, propondo reajustes diferenciados por titulação, que geram maiores distorções na carreira, reconhecidas pelo próprio MEC e que dividem os professores de 1º, 2º e 3º graus. Mostrando grande flexibilidade, as assembleias gerais orientaram o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN a apresentar uma contra-proposta ao governo, o que foi feito, na última quarta-feira, dia 19/10. Na contraproposta, os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações, com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, algo que o MEC mostrou ser viável, em 2004, quando implantou uma gratificação dessa natureza para os professores da carreira de 1º e 2º graus.

O MEC encaminhou o Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005, após as 21 horas da última sexta-feira, com mais de 24 horas de atraso em relação ao compromisso assumido pelo Secretário Ronaldo Teixeira, na última audiência. Quanto ao conteúdo da proposta, as pequenas mudanças (elevação dos percentuais de aumento na pontuação da GED: Aperfeiçoamento de 10% para 12% e Especialização, de 15 para 16%; acréscimo de mais um nível na classe de Professor Associado) não alteram a lógica que fundamentou as propostas anteriormente apresentadas. Os impactos financeiros para as elevações dos percentuais na pontuação da GED são mínimos e a inserção de mais níveis na Classe de Associado não implica em qualquer acréscimo para o próximo ano. As principais mudanças observadas

encontram-se no texto que apresenta a proposta.

Se a proposta permaneceu a mesma, não haveria necessidade de uma nova justificativa. O atraso por parte do MEC poderia nos fazer supor que ele estaria analisando a proposta apresentada pelo CNG. A leitura do texto revela que a proposta não foi considerada. Os signatários do documento se limitam a afirmar erradamente que o custo da proposta do CNG, apenas para a reposição salarial (itens 1 e 2), seria de R\$ 1 bilhão e 300 milhões. Tais itens, equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custariam, na mesma metodologia adotada pelo governo respectivamente:

a) Equiparação GED e GEAD: R\$ 222,6 milhões incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R\$ 181,2 milhões para o 3º grau e R\$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus).

b) Reajuste de 18% no Vencimento Básico: R\$ 618 milhões (R\$ 509,2 milhões para 3º grau e R\$ 108,8 para 1º e 2º graus).

Isto totaliza R\$ 840,6 milhões (R\$ 690,4 milhões para 3º grau e R\$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus).

Como já observado insistentemente pelo CNG, os impactos são ainda menores. Retirando-se a contribuição patronal ao PSS – não paga pelo governo – o impacto cai, para os docentes do 3º grau, para R\$ 597 milhões. Mas o governo economiza ainda mais. Há o desconto de 11% de cada docente para o PSS e o recolhimento do Imposto de Renda, que faz com que o impacto líquido da proposta do CNG para tais itens, seja de R\$ 386,1 milhões para o 3º grau. Estendendo para 1º e 2º graus, o impacto líquido seria de R\$ 473,1 milhões.

Conforme nos foi informado pelo SINAL – Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central, que se solidariza com nossa greve, o movimento dos trabalhadores do BACEN encerraram com vitórias a sua greve e o custo final foi de R\$ 180 milhões para atender os cerca de 9.500 servidores do BACEN. O governo adotou para o cálculo do impacto a metodologia que desconta a contribuição patronal ao PSS. Há, portanto, uma contradição no interior do governo ao considerar, para os docentes, impactos brutos.

O MEC superestimou os impactos de nossas reivindicações, como recurso

para desconsiderá-las e sugerir que o atendimento de nossas demandas é inviável. Isso é uma tentativa de desqualificar o sindicato perante a opinião pública, omitindo a disposição do CNG respaldado pelas assembleias, em negociar.

Com isso, o MEC tenta impor, sem negociar, suas medidas como sendo as únicas possíveis de serem implementadas, a despeito destas terem sido rejeitadas pelas assembleias por não atenderem os princípios da paridade, da isonomia e da recuperação do poder aquisitivo.

O ofício afirma, em seu segundo parágrafo, que, de 2003 a 2005, os percentuais de reajustes dos docentes do magistério superior variaram de 25,24% a 55,24%. É importante registrar, em primeiro lugar, que não houve qualquer reajuste em 2005. Na verdade, o menor reajuste, no período, foi de 13,61% (Titular, com mestrado, aposentado, com DE) e o maior foi 80,57% (Auxiliar 1 graduado a Assistente 3 graduado em regime de 20 horas). Os maiores reajustes foram para os professores em regime de 20 horas com vencimento básico inferior ao salário mínimo e que, por isso, recebem uma parcela complementar. Portanto, devem-se desconsiderar os percentuais divulgados no ofício do MEC, devido à generalidade dos mesmos.

A expectativa da categoria era clara, apresentando uma contraproposta realista: esperava do governo uma resposta que assumisse a lógica das reivindicações docentes, mesmo que alguma diferença ainda persistisse na discussão sobre o montante de recursos envolvido. O resultado das propostas, no valor final do contra-cheque dos professores da ativa é muito similar, entretanto, os princípios que as orientam são muito diferentes, o que significa que o governo faz uma opção política que tenta nos impor e não premido pela falta de recursos, como alega nas reuniões e na imprensa. Esta opção política do governo já foi recusada pelas Assembleias Gerais, daí porque o MEC está apostando no desgaste do movimento.

Diante de um sindicato autônomo, que respeita as decisões de base e que resiste à lógica de precarização do trabalho docente imposta pelo governo, o MEC estimulou a criação de um agrupamento de professores em uma "entidade de carimbo" que, ao aceitar a lógica estabelecida pelo governo, tenta

passar uma falsa idéia de legitimidade à proposta do MEC, proposta essa que desagradou a maioria das universidades. Com isso, apresenta sua proposta de governo por meio de duas vozes: a do MEC e a de seus prepostos da entidade de carimbo. Tentam assim vender a ilusão de que dialogaram com "as partes" e chegaram a um meio termo. Um meio termo entre, de um lado, a proposta do governo e, de outro, duas propostas, a do governo "de novo", na voz da "entidade de carimbo", e a do CNG ANDES-SN.

Ao término da reunião do dia 19, a assessoria de comunicação do MEC divulgou uma nota com a seguinte manchete "MEC aposta no fim da greve dos professores universitários". Nada mais incoerente. A greve que já atinge 37 IFES e continua a crescer é dirigida pelo Comando Nacional de Greve, orientado pelas Assembleias Gerais dos docentes, em cada Seção Sindical do ANDES-SN. Para pôr fim à greve, não há outro caminho senão negociar de fato com quem representa os docentes das IFES. O desrespeito às propostas das Assembleias Gerais fortalecerá a greve. A atitude de não reconhecer a representatividade de fato exclusiva do ANDES-SN, com sua longa história de defesa da Universidade Pública e seus mais de 70 mil filiados em todo o país, só depõe negativamente na avaliação do caráter e ética política deste governo.

Pelo exposto, evidencia-se que o CNG tem demonstrado disposição para negociação e de flexibilidade nas propostas, desde que princípios fossem mantidos. Nada disso moveu o governo que se agarrou a uma perspectiva que distorce a carreira docente e quebra a confiança política na relação com as entidades realmente representativas. Se o governo aposta no impasse, os docentes apostarão na greve!

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO

ENCAMINHAMENTOS:

- *Rejeição da proposta do governo;
- *Ampliação e radicalização do movimento de greve;
- *Propostas de cartas;
- *Carta para os docentes enviarem aos Deputados Federais e Senadores

26/10/05: CNG/ANDES-SN tem reunião com secretários do MEC



Em 26 de outubro, durante reunião entre integrantes do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN e o secretário executivo adjunto do MEC, Ronaldo Teixeira, o governo afirmou que tem interesse em que a greve dos docentes das IFES acabe o mais rápido possível. Ronaldo Teixeira disse que o governo está disposto “a garantir a integralidade da paridade da GED em 2006, bem como a busca da isonomia entre o 1º, 2º e 3º graus”. Contudo, Teixeira insistiu com o mesmo argumento de que há limitações orçamentárias, disponibilizando somente de R\$ 500 milhões.

A nova etapa de negociações foi determinada por força da rejeição dos professores à última proposta de deliberação do governo sobre os R\$ 500 milhões assegurados para categoria no ano que vem. Em ofício enviado ao comando de greve, no dia 21 de outubro, o MEC informou que mantinha os critérios de distribuição do valor já liberado para os docentes, promovendo somente pequenas alterações percentuais somente.

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, disse que o MEC era insensível às reivindicações dos docentes, reiterando a necessidade de se garantir a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; a isonomia entre os ensinos básico, profissional e superior, e o poder aquisitivo dos professores diante da inflação. Destacou ainda que o movimento grevista vem sendo flexível para chegar a um acordo com o governo. “Temos toda disposição para apresentar alternativas e negociar”, ponderou a dirigente. Para Marina Barbosa, a tentativa da categoria é superar as distorções e avançar em discussões como a do Grupo de Trabalho que debaterá a carreira docente no ensino superior federal.

Durante a reunião, ficou acertado que o Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior apresentaria, em 27 de outubro, os cálculos que indicam ser viável dentro do orçamento, para atender às reivindicações da categoria, aos técnicos do Ministério da Educação. Acertaram ainda que, em 31 de outubro, o MEC informará se vai adotar os métodos de cálculo sugeridos pelos grevistas sobre o montante necessário para resolver o déficit salarial dos docentes da rede federal de ensino. A resposta do governo será encaminhada às assembleias gerais com avaliação do comando de greve do ANDES-SN, que dia 4 de novembro participa de mais uma reunião com o MEC.

* Com informações do ANDES-SN.

26/10/05: Impasse entre o CNG/ANDES-SN e o MEC continua

Comando Nacional de Greve (CNG) da ANDES-SN e o Ministério da Educação reuniram-se em 26 de outubro. Mais uma vez, o MEC convidou representantes do PROIFES (Fórum de Professores das IFES) – que conta com o apoio do governo – para participar da reunião. Os deputados Babá e Wasny de Roure também participaram do encontro.

Inicialmente, Ronaldo Teixeira reafirmou a proposta apresentada pelo MEC em 19/10 e disse que não há disposição orçamentária para além de R\$ 500 milhões.

Marina B. Pinto afirmou que a base do Sindicato Nacional, por decisão de Assembleias Gerais, manteve a posição contrária à proposta do governo e favorável à contraproposta apresentada pelo CNG/ ANDES-SN – que propõe um passo em direção à incorporação das gratificações com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária.

A presidente do ANDES-SN afirmou que o MEC tem procurado desqualificar a contraproposta do CNG/ ANDES-SN, quando atribui a ela custos de R\$1,3 bilhões. Marina também afirmou ainda que o governo recentemente fechou acordo com os funcionários do Banco Central e que na metodologia utilizada foram excluídos os valores referentes à contribuição patronal do PSS. Por fim, enfatizou que o CNG/ ANDES-SN está abertos à negociação e em busca de solução para o impasse da greve, cuja responsabilidade é do governo.

Após longa discussão e tentativas de representantes do PROIFES de desqualificar a contraproposta do CNG/ANDES-SN em detrimento da proposta governista, o representante do MEC propôs, como encaminhamento, uma reunião técnica para discutir os números apresentados pelo ANDES-SN, já que há divergências no cálculo do Sindicato Nacional e do Governo. Em 31/10, o MEC se posicionará, novamente, enviando documento para o CNG/ANDES-SN. Nova reunião para receber a posição do CNG/ANDES-SN, com base nas assembleias gerais a serem realizadas na próxima semana, está marcada para 4 de novembro.

27/10 – Reunião técnica do CNG com o MEC: governo errou nas contas

O Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN) apresentou, em 27 de outubro, cálculos que indicam ser viável o atendimento às reivindicações da categoria, aos técnicos do Ministério da Educação.

Inicialmente, ao analisar a base de dados usada pelos técnicos do MEC para calcular os impactos na equiparação da GED/GEAD em seus valores mais altos, a Comissão Técnica do CNG constatou um erro de interpretação e de cálculo, por parte do governo. Este não considerou a diferença entre as classes, aplicando os valores da GED de professores titulares para professores adjuntos, o que implicou em um equívoco de aproximadamente R\$100 milhões.

O CNG também verificou que o MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) trabalha com o percentual de impactos em sentenças judiciais da ordem de 33%, enquanto os técnicos do MEC, como a Comissão Técnica do CNG, operam com o índice de 17%.

Constatou-se que o MEC errou nos cálculos e na divulgação da informação de que a proposta apresentada pelo CNG/ANDES-SN implicaria no impacto orçamentário em R\$ 1,3 bilhões. Ao final da reunião, os técnicos do MEC assumiram que irão refazer os cálculos acerca do impacto orçamentário da proposta do CNG/ANDES-SN.

Documento protocolado junto ao MEC, pelo ANDES-SN, em 26/10/05

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior se aproxima dos dois meses e poderá chegar a um impasse criado pelo governo. Nesse período, o movimento grevista defendeu sua pauta de reivindicações, que incluía o respeito à isonomia entre docentes de 1º, 2º e 3º graus e à paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas.

A proposta do MEC encaminhada pelo Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005, foi apreciada pelas assembleias das seções sindicais realizadas nos dias 24 e 25 de outubro. A esmagadora maioria das assembleias, rejeitou, mais uma vez, a proposta apresentada pelo MEC, reiterando a contraproposta do Comando Nacional de Greve apresentada na audiência do dia 19 de outubro. Destaca-se, ainda, que novos indicativos de greve foram aprovados motivados pela postura do MEC. Causou indignação o fato de não haver qualquer mudança que aproximasse a proposta do MEC às reivindicações do ANDES-SN. Ela é um passo atrás em relação ao que foi desenvolvido e acordado no Grupo de Trabalho no que se refere às gratificações e à paridade, contradizendo declarações do Ministro Tarso Genro e do Secretário Jairo Jorge, em 30 de julho de 2004.

Desde o início das negociações, o MEC insistiu em outra lógica, propondo reajustes diferenciados por titulação, que geram maiores distorções na carreira, reconhecidas pelo próprio MEC e que dividem os professores de 1º, 2º e 3º graus. Na contraproposta, os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações, com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, algo que o MEC mostrou ser viável, já em 2004, quando implantou uma gratificação dessa natureza para os professores da carreira de 1º e 2º graus e comprometendo-se a dar o mesmo tratamento aos docentes da carreira de 3º grau.

Quanto ao conteúdo da proposta reapresentada pelo MEC, as pequenas mudanças (elevação dos percentuais de aumento na pontuação da GED: Aperfeiçoamento de 10% para 12% e Especialização, de 15 para 16%; acréscimo de mais um nível na classe de Professor Associado) não alteram a lógica que fundamentou as propostas anteriormente apresentadas. Os impactos financeiros para as elevações dos percentuais na pontuação da GED são mínimos e a inserção de mais níveis na Classe de Associado não implica em qualquer acréscimo para o próximo ano. As principais mudanças observadas encontram-se no Ofício nº 581/2005 que apresenta a proposta.

Se a proposta permaneceu a mesma, não haveria necessidade de uma nova justificativa. O atraso por parte do MEC poderia nos fazer supor que ele estaria analisando a proposta apresentada pelo CNG. A leitura do texto revela que a proposta não foi considerada. Os signatários do documento se limitam a afirmar erradamente que o custo da proposta do CNG, apenas para a reposição salarial (itens 1 e 2), seria de R\$ 1 bilhão e 300 milhões. Na verdade, mesmo utilizando-se a metodologia adotada pelo governo, de acordo com estudos realizados pelo CNG/ANDESSN, a equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custa respectivamente:

a) Equiparação GED e GEAD: R\$ 222,6 milhões incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R\$ 181,2 milhões para o 3º grau e R\$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus).

b) Reajuste de 18% no Vencimento Básico: R\$ 618 milhões (R\$ 509,2 milhões para 3º grau e R\$ 108,8 para 1º e 2º graus).

Isto totaliza R\$ 840,6 milhões (R\$ 690,4 milhões para 3º grau

e R\$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus).

Como já observado insistentemente pelo CNG, os impactos são ainda menores. Retirando-se a contribuição patronal ao PSS – não paga pelo governo – o impacto cai, para os docentes do 3º grau, para R\$ 597 milhões. Mas o governo economiza ainda mais. Há o desconto de 11% de cada docente para o PSS e o recolhimento do Imposto de Renda, que faz com que o impacto líquido da proposta do CNG, para tais itens, seja de R\$ 386,1 milhões para o 3º grau. Estendendo para 1º e 2º graus, o impacto líquido seria de R\$ 473,1 milhões.

Recentemente o Ministério do Planejamento acordou com o SINAL – Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central, proposta com custo final de R\$ 180 milhões para atender os cerca de 9.500 servidores do BACEN. O governo adotou para o cálculo do impacto a metodologia que desconta a contribuição patronal ao PSS. Há, portanto, uma contradição no interior do governo ao considerar, para os docentes, impactos brutos.

O MEC superestimou os impactos de nossas reivindicações, como

recurso para desconsiderá-las e sugerir que o atendimento de nossas demandas é inviável. Isso é uma tentativa de desqualificar o sindicato perante a opinião pública, omitindo a disposição do CNG, respaldado pelas assembleias, em negociar.

Com isso, o MEC tenta impor, sem negociar, suas medidas como sendo as únicas possíveis de serem implementadas, a despeito destas terem sido rejeitadas pelas assembleias por não atenderem os princípios da paridade, da isonomia e da recuperação do poder aquisitivo.

O ofício afirma, em seu segundo parágrafo, que, de 2003 a 2005, os percentuais de reajustes dos docentes do magistério superior

variaram de 25,24% a 55,24%. É importante registrar, em primeiro lugar, que não houve qualquer reajuste em 2005. Na verdade, o menor reajuste, no período, foi de 13,61% (Titular, com mestrado, aposentado, com DE) e o maior foi de 80,57% (Auxiliar 1 graduado a Assistente 3 graduado em regime de 20 horas). Os maiores reajustes foram para os professores em regime de 20 horas com vencimento básico inferior ao salário mínimo e que, por isso, recebem uma parcela complementar.

A expectativa da categoria era clara, apresentando uma contraproposta realista: esperava do governo uma resposta que assumisse a lógica das reivindicações docentes, mesmo que alguma diferença ainda persistisse na discussão sobre o montante de recursos envolvido. O resultado das propostas, no valor final do contra-cheque dos professores da ativa é muito similar, entretanto, os princípios que as orientam são muito diferentes, o que significa que o governo faz uma opção política que tenta nos impor e não premido pela falta de recursos, como alega nas reuniões e na imprensa. Esta opção política do governo já foi recusada pelas Assembleias Gerais.

Pelo exposto, evidencia-se que o CNG tem demonstrado disposição para negociação e de flexibilidade nas propostas, desde que princípios fossem mantidos. O governo pode resolver as demandas dos professores, desde que não se mantenha inflexível na lógica que sustenta suas propostas e não aposte no impasse.

Fonte: Comunicado nº 27, CNG/ANDES-SN, em 26 de outubro de 2005



NOTA DE ESCLARECIMENTO À COMUNIDADE DA UFRRJ: GOVERNO TENTA MANIPULAR OPINIÃO PÚBLICA CONTRA O MOVIMENTO GREVISTA

Ao contrário do que foi veiculado pela grande mídia, governo e professores das Instituições Públicas Federais – muitas, em greve desde 30 de agosto – não chegaram a um consenso acerca do reajuste salarial da classe docente.

De acordo com o jornal O GLOBO de 17 de outubro, o governo autorizou o aumento de 25% aos professores universitários – o que não é verdade. Quem lê a notícia veiculada pelo O GLOBO tem a impressão de que o governo está oferecendo mais do que o movimento docente tem reivindicado (18%). Esta é uma estratégia para ridicularizar o Sindicato Docente, minimizar as discussões e manipular a opinião pública contra o movimento grevista.

É preciso salientar que os 25% noticiados erroneamente pelo referido jornal referem-se à proposta de reajuste do governo sob o percentual de titulação para doutorado, e não contemplam o salário de todos os docentes. O governo ofereceu, no último dia 14 de outubro, o aumento total de 50% nas titulações: de 5% para 7,5% a professores com aperfeiçoamento, de 12,5% para 18,75% com especialização, 25% para 37,5% com mestrado e de 50% para 75% para professores que possuem doutorado.

A proposta do governo foi recusada pela base do ANDES-SN porque aprofunda as distorções salariais entre os professores do ensino médio, fundamental e do magistério superior e não considera os princípios de isonomia e paridade – pilares fundamentais para o movimento docente.

Assim, no último dia 19 de outubro, o ANDES-SN apresentou uma contraproposta ao governo, pela qual solicita, prioritariamente, a equiparação das gratificações (GED e da GEAD), pelos valores máximos por titulação, e reajuste salarial linear de 18%, contemplando toda a categoria de professores.

Em 21 de outubro, o MEC recusou formalmente, a proposta do Sindicato Nacional, alegando que não há disposição orçamentária para atender a reivindicação dos professores, mantendo a oferta de aumentar em 50% os valores atuais dos percentuais de titulação.

De acordo com o CNG/ANDES-SN, o MEC argumentou que a proposta dos professores representaria um desembolso anual de aproximadamente R\$1,3 bilhão. Pelo levantamento do Comando Nacional de Greve, a quantia necessária é de R\$ 922 milhões, se adotado o método de cálculo do governo. Por meio do estudo de impacto orçamentário feito pelo ANDES-SN, a quantia é de R\$ 781 milhões.

Esta informação divulgada pelo MEC é um equívoco, pois como ficou provado na reunião entre o CNG/ANDES-SN e a Comissão Técnica do Ministério da Educação, realizada em 27/10, o governo errou nos cálculos acerca do impacto orçamentário da proposta do Sindicato Nacional.

É preciso que a sociedade esteja atenta às manobras divisionistas do governo e às falsas informações que têm sido divulgadas, com o intuito de jogar a opinião pública contra o movimento docente.

Diretoria da ADUR-RJ



COVARDIA: TRUCULÊNCIA CONTRA GREVISTAS DA UFF

Gás lacrimogêneo e de pimenta, cães e cassetetes. A Reitoria da UFF chamou a PM para reprimir o protesto pacífico dos grevistas, dia 25/10, no Valonguinho (Niterói-RJ). Os manifestantes foram violentamente espancados. O estudante de economia, Antares Valente e o técnico-administrativo José Bianco foram violentamente espancados, detidos, interrogados e depois hospitalizados. Há suspeita de que o estudante tenha sofrido lesão grave.

Manifestantes ocupam reitoria - indignados com a atitude da reitoria, os manifestantes seguiram para o gabinete do reitor da UFF, Cícero Fialho, e ocuparam o local. Ainda no meio do protesto, o reitor admitiu que mandou chamar a polícia, mas não esperava esse resultado.

Para o diretor da ADUFF, Juarez Duayer, o que aconteceu foi uma selvageria. “Não havia tumulto. Eu estava lá desde a manhã. Fomos surpreendidos com a violência da polícia. Os policiais foram chamados pelo reitor e saíram de dentro do campus da UFF, eu nem sei como. Vamos ver que medidas jurídicas tomaremos. A PM não pode entrar em espaços federais. É absurdo. O estudante agredido nem era grevista e foi à Universidade para assistir aula. Mas também ficou revoltado com a ação da polícia e por isso protestou!”, declarou o dirigente. Os docentes e técnico-administrativos ocuparam a reitoria até a liberação do estudante e do funcionário. Os estudantes continuaram a ocupação até a reunião do CUV, no dia, 26/10.

CUV decide: Polícia não entra mais na UFF!

A decisão tomada pelo CUV (Conselho Universitário), em 26/10, foi quase unânime: dirigentes universitários não poderão autorizar a entrada de forças repressivas (Polícia Militar e Polícia Civil) nos espaços da Universidade. Por volta das 16h30, do mesmo dia, o reitor da UFF, Cícero Fialho assinou a decisão. O CUV também determinou a abertura de sindicância para apurar a violência policial cometida contra os grevistas em 25/10, recomendando o afastamento do superintendente administrativo Mário Augusto Ronconi, de quem partiu a orientação para a invasão do campus.

**Fonte: Por Stela Guedes Caputo
Assessora de Imprensa/Aduff-SSind**



QUADRO DE GREVE DAS IFES

Em Greve: ADUR-RJ, ADUFAC (Acre), ADUFMAT- ROO (Rondonópolis), ADUFPA (Pará), ASPUV (Viçosa), ADUFLA (Lavras), APRUMA (Maranhão), SESDUFT (Tocantins), ADUFMAT (Mato Grosso), SINDCEFET (MG), ADUFF (Niterói), APUFSC (Santa Catarina), ADUA (Amazonas), SESDUF (Roraima), ADOURADOS (MT-Campus Dourados), ADUFC (Ceará), ADUFPI (Piauí), SEDUFSM (Santa Maria), ADUFPel (Pelotas), ADUnB (Brasília), ADUFU (Uberlândia), ADUFOP (Ouro Preto), APES (Juiz de Fora), SINDCEFET (Goiás), ADUFEPE (Pernambuco), ADCEFET-RJ, ADUFPB, ADUFAL, SINDOCEFET (Ouro Preto), ADCAC (UFG), SINDUFAP (Amapá), SINDEFOA (Alfenas), ADUNIFESP, ADFCAP (Ciências Agrárias-Pará), ADUC (Cajazeiras), ADUFS, ADUNIR (Rondônia), ADUFCG (Campina Grande). [38 AD's]

Indicativo de Greve com data: APROFURG, APUFPR, APUBH (Belo Horizonte).[3 AD's]

Com Indicativo, sem data: ADUFCG – Patos, ADUNI-RIO, ADUNIFEI (Itajubá), ADURN (Rio Grande do Norte), SINDFAFEID, SINDOCEFET-PR [6 AD's]

Sem Informação: ADUFES (empate com relação ao indicativo de greve), APUBH, ADAFA (Força Aérea), ADUFRJ, ASDESAM, ADCAJ (Jataí), ADFMTM (Triângulo Mineiro), ADUFMS [8 AD's]

Saída de greve: ADUFSCar.

Retirada do Indicativo de greve: ADFUNREI, APUB (UFBA e CEFET-BA), ADFUNREI, ADUFG.[4 AD's]

Contra a greve:ADUFERPE(Rural de Pernambuco).

** Quadro de greve atualizado em 31/10/05, a partir das informações do Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN.

KAROSHI TROPICAL E A VELHA REPÚBLICA

RICARDO ANTUNES

A economia do governo Lula vai bem, dizem os capitais financeiros e os grandes industriais. Nestes quase três anos, os bancos acumularam mais do que no mesmo período do governo FHC. Mas a mesma sorte não tiveram os bancários, que realizaram paralisação reivindicando aumento salarial de 11,77% e maior participação nos lucros, enquanto os banqueiros ofereceram 4% e minguadas participações nos proventos. Depois de quase uma semana de greve, os bancos subiram a proposta para 6%. Só assim, os bancários e bancárias que laboram com a mercadoria-dinheiro conseguem repor um pouco do extenuante trabalho que realizam diariamente nas agências bancárias. Muitas batalhas ainda vão ocorrer nesta rama. Como na Velha República.

Algo similar se passa com a greve dos docentes e funcionários das universidades federais, que estão paralisados há várias semanas. Envolvido na montagem de um projeto tido como "sistêmico", o governo Lula, seguindo antigas recomendações do Banco Mundial, beneficia os mercadores do ensino que oferecem vagas "gratuitas" em troca de isenção de impostos, num claro prejuízo para o ensino verdadeiramente público. O resultado dessa política é evidente: não há recursos para uma efetiva valorização do trabalho docente e funcional, ambos em baixa nos gabinetes financistas do Palocci e sua turma.

A modesta reivindicação docente, de 18% para cobrir as enormes perdas salariais que vêm desde o período FHC, dentre outras reivindicações, foi até poucos dias atrás olímpicamente desconsiderada pelo governo, que tentou de vários modos desconsiderar o ANDES-SN, verdadeiro representante dos docentes, através de práticas que não têm bons antecedentes. A greve se fortaleceu e é hora dos docentes receberem uma proposta decente. Junto com várias outras categorias vinculadas aos funcionalismo público, estas greves mostram que o governo, através de sua política econômica socialmente destrutiva, drena o grosso dos recursos públicos para o pagamento da dívida interna e externa, remunerando o capital financeiro. Como na Velha República.

Mas a barbárie não pára aqui. Recentemente, nove trabalhadores rurais vinculados à cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP) morreram provavelmente pelo trabalho extenuante, brutal, desumano que realizam, laborando nos agronegócios que tanto encantam o lulismo. Os "bóias-frias" são obrigados a cortar, em média, 12 toneladas diárias de cana, recebendo em média R\$ 2,20 por tonelada, precisando desferir cerca de 9.700 golpes diários de "podão", instrumento usado no corte da cana, o que aniquila seu corpo, levando-os ao padecimento, envelhecimento precoce, adocimento e mesmo à morte. É o que poderíamos chamar de *karoshi* tropical. (*Karoshi* é a morte do trabalhador japonês sob o ritmo e a intensidade do toyotismo, que, aliás, não aparece nos manuais de apologia empresarial).

A Pastoral do Migrante, com apoio de docentes e pesquisadores das universidades públicas da região estão investigando, junto com o Ministério Público e com presença de comissão da ONU, se há relação de causalidade entre as mortes e o excesso brutal de trabalho. E, pasmem, ao final de um dia recebem cerca de R\$ 25. Como na Velha República.

Última nota, que o espaço se esvai: na semana passada, mais de 3 mil sapateiros participavam de uma manifestação, no Rio Grande do Sul, em protesto contra o desemprego que aflige os trabalhadores do setor calçadista. Quando tudo parecia calmo, o desfecho não poderia ser mais trágico: o sindicalista Jair Antonio da Costa foi preso, algemado e morto, por policiais de Brigada Militar, cujo laudo do IML atestou morte por asfixia, esmagamento da laringe e trauma cervical. Ao que sabemos, na República dirigida (dirigida mesmo?) por um ex-operário que agora cultua os palácios, nenhum secretário de segurança foi deposto e nenhuma intervenção exemplar se fez.

O que nos lembra outro triste episódio, ocorrido na greve geral de 1917, em São Paulo, quando outro operário sapateiro, Antonio Martinez, também fora assassinado. Estávamos, então, em uma época em que a "questão social era tratada como caso de polícia". Quase um século depois, a tragédia se repete. Como na Velha República. Em plena República Velha e seu *karoshi* tropical.

Fonte: Jornal do Brasil, 13 de outubro de 2005

ASSEMBLÉIA DE 20/10/05: PROFESSORES APROVAM ELABORAR MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A PRESENÇA DE OUTRAS ENTIDADES À MESA DE NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO: O CNG/ANDES-SN É A NOSSA VOZ!



Em 20 de outubro, os professores reuniram-se em mais uma Assembléia Geral Permanente, que teve como pauta: 1) informes e avaliação da greve; 2) assuntos gerais. A mesa foi presidida pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira e secretariada pelo Prof. Luis Mauro S. Magalhães.

Inicialmente, os diretores da ADUR-RJ deram alguns informes e leram a Moção do Conselho Universitário (CONSU) da UFRRJ de apoio à greve de docentes e técnico-administrativos das IFES. Este documento foi publicado na edição nº 77 do *ADUR Informa*.

Marcelo de Souza Grade, representante do DCE da Universidade, informou que a entidade encaminhou um documento ao CONSU, pelo qual solicitam a suspensão do calendário letivo em curso, garantindo a reposição das aulas para os alunos.

Posteriormente, a mesa prestou alguns informes sobre a greve docente. O Prof. Luis Mauro Magalhães, que esteve no CNG (Comando Nacional de Greve) como representante dos professores desta Universidade, recuperou alguns eventos importantes ocorridos em Brasília, como reuniões com parlamentares, discussão e avaliação da proposta feita pelo MEC.

Os presentes discutiram a contraproposta do ANDES-SN, encaminhada ao Ministério da Educação no último dia 19/10. Até a realização desta assembléia, o governo ainda não havia se pronunciado sobre o assunto.

Os presentes questionaram as notícias que foram veiculadas no jornal *O GLOBO*, em 17 de outubro, de que o governo teria oferecido 25% de reajuste aos professores. A mesa esclareceu que esta notícia é equivocada, tendo o intuito de ridicularizar, frente à opinião pública, o esforço de greve da categoria (vide nota de esclarecimento à comunidade da UFRRJ nesta edição).

Os docentes também criticaram o fato do governo estar convidando o Profes para sentar-se à mesa de negociações com o CNG/ANDES-SN e negociar em separado com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional).

Durante a assembléia, alguns encaminhamentos, que devem ser colocados em prática pela ADUR-RJ, foram aprovados pelos presentes:

a) Divulgar uma nota repudiando a forma como o governo tem conduzido a negociação, na Greve dos Docentes das IFES, recebendo entidades que não representam a categoria.

b) Encaminhar uma nota às AD's (associações de docentes), que ainda não estão em greve, para sensibilizar aos colegas para a necessidade de mobilização e adesão ao movimento grevista em curso.

A mesa pediu aos presentes para que intensifiquem a atuação no Comando Local de Greve da UFRRJ, para que seja possível viabilizar a articulação com o SINTUR e o DCE, em face à paralisação das atividades. Do mesmo modo, é preciso somar forças com os demais professores para levar adiante, conforme aprovado em Assembléia, a realização do dia "Universidade na Praça", em Nova Iguaçu. O projeto "Universidade na Praça" é uma forma de mobilização dos docentes, a partir da prática de atividades políticas e culturais, para informar e sensibilizar as pessoas para as reivindicações dos professores das IFES em greve.

ASSEMBLÉIA DE 25/10/05: DOCENTES NÃO ACEITAM A PROPOSTA DO GOVERNO



Nova Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ foi realizada no dia 25 de outubro, tendo como ponto de pauta: 1) Greve; 2) Percentual de êxito do advogado, referente à ação sobre insalubridade; 3) Outros assuntos. A mesa foi presidida pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira e secretariada pelo Prof. Luis Mauro S. Magalhães. O assessor jurídico da ADUR-RJ, Dr. Marcelo Chalréo, participou da Assembléia.

Inicialmente, a mesa recuperou os encaminhamentos da Assembléia anterior e leu as notas que serão divulgadas pela ADUR-RJ. A primeira delas, "O CNG é a nossa voz", crítica a atitude do governo em relação ao movimento docente; a segunda nota, "A hora é de reforçar a greve", conclama as demais AD's, que ainda não estão em greve, para que se integrem à luta dos professores por melhores condições de salário e de trabalho. O conteúdo dessas

notas foi aprovado pelos presentes.

Posteriormente, a mesa prestou alguns informes acerca da greve, destacando a negativa do governo em relação à contraproposta apresentada pelo ANDES-SN. O governo continua reafirmando sua proposta anterior, alterando apenas o percentual da GED (a resposta do governo à contraproposta do ANDES-SN está publicada nesta edição). A Assembléia da ADUR-RJ, por unanimidade, novamente refutou a proposta do governo e aprovou os encaminhamentos propostos pelo CNG/ANDES-SN de intensificar a greve e aumentar a mobilização. Conforme aprovado pelos presentes, a ADUR-RJ e os professores devem enviar cartas aos parlamentares, à imprensa e às outras entidades — como OAB, ABI, e demais sindicatos — denunciando a atitude do governo e explicitando as dificuldades do movimento grevista.

Os presentes também aprovaram o nome do Prof. Canrobert P. L. Costa Neto, presidente da ADUR-RJ, e da Profa. Luciana Amorim Nóbrega (DLCS) para participarem das atividades do Comando Nacional de Greve, em Brasília. O Prof. Canrobert Costa Neto irá no período de 28 de outubro a 1º de novembro, e a Profa. Luciana Nóbrega, entre os dias 1º e 8 de novembro.

Em relação ao segundo item da pauta, o assessor jurídico da ADUR-RJ, Dr. Marcelo Chalréo, prestou alguns informes sobre as ações em curso. Disse que ainda há professores que não foram à Caixa Econômica Federal receber o FGTS; assim como há aqueles que receberam o dinheiro, mas ainda não repassaram o percentual devido à ADUR-RJ. Ele esclareceu que tal atitude pode dificultar a liberação do dinheiro para aqueles docentes que ainda não receberam o depósito dos valores em conta. Do mesmo modo, será necessário refazer os cálculos, porque existe uma margem de erro da CEF em torno de 20% — o que pode acarretar prejuízo para muitos professores. Contudo, este cálculo só poderá ser feito quando todos tiverem recebido o dinheiro e, conseqüentemente, acertado as contas com a ADUR-RJ.

Dr. Marcelo Chalréo esclareceu que a ação dos 28,86% foi ganha. Contudo, o embarço, até o momento, se refere ao cálculo, já que esta é uma ação de valores individuais. Nem todos os professores têm direito a essa ação. Do mesmo modo, nova assembléia para discutir o procedimento e a metodologia para calcular tais valores será realizada em breve.

Em relação ao percentual de êxito referente à ação de insalubridade, Marcelo Chalréo esclareceu que a proposta de 8% para ele, com o repasse de 1,5% deste percentual para a ADUR-RJ, é um índice inferior ao que é determinado pelo Sindicato Nacional. Ele disse que em Congressos do ANDES-SN, foi aprovado que os assessores jurídicos das entidades pudessem obter o percentual de êxito de 10%.

Com duas abstenções, os presentes aprovaram a proposta de 8%. Foi sugerido que o percentual de êxito do assessor jurídico possa ser decidido em Assembléia antes mesmo de se iniciar qualquer ação.

Dr. Marcelo Chalréo convidou os presentes para o 2º Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, a realizar-se na UERJ, nos dias 18 e 19 de novembro, a partir das 9h.

Nova assembléia foi marcada para o dia 31 de outubro, às 13h, no Gustavo.

COMISSÃO DE SAÚDE APRESENTA PROPOSTA DA UNIMED COSTA VERDE EM REUNIÃO COM ASSOCIADOS DO PLANO

Durante a reunião do dia 25 de outubro, a Comissão de saúde da ADUR-RJ apresentou a nova proposta da operadora do plano de saúde da UNIMED aos associados. Esta Comissão é constituída pelos professores Everaldo Zonta, Sansão Davi Luis Raimundo, Maria Teresa Carneiro da Cunha, Rosane Ferreira de Oliveira, Irlete Braga da Trindade e Marcelo Moffati.

A reunião foi conduzida pelos quatro primeiros membros desta Comissão, que com o auxílio de um data-show, apresentaram aos professores um estudo comparativo sobre o plano atual e a nova proposta, regulamentada pela Agência Nacional de Saúde (ANS), da UNIMED Costa Verde.

A Comissão esclareceu que esteve em negociação com a UNIMED Costa Verde, conseguindo reverter, inicialmente, o reajuste de 16,51% para 11,12% – conforme publicado no ADUR Informa nº75, de 28 de setembro passado. Nesta edição, publicamos a contraproposta apresentada pela UNIMED Costa Verde, que foi discutida com os associados nesta reunião. São elas:

1) Aceitar a “alteração do reajuste proposto inicialmente (16,51%), para o reajuste proposto pela ADUR de 11,12%”, desde que para o “reajuste em 2006 sejam analisados para o cálculo da sinistralidade os dados a partir de março de 2003 (análise dos últimos 24 meses de receita e despesa)”;

2) Propõe um ajuste nos valores do opcional 4 (hospitais de tabela própria). Nos próximos 6 meses, a UNIMED encaminhará através de seu atuariário o índice necessário para o equilíbrio do contrato, que será discutido entre as partes;

3) Propõe “a abertura de plano regulamentado para novas inclusões e para migrações do contrato antigo (para os associados que se interessarem) nos próximos 3 meses. A partir daí, não haverá novas inclusões no contrato antigo (exceto casamento e nascimento)”;

4) Sugere que a ADUR “discuta com seus associados os problemas causados pelas ações na justiça solicitando coberturas não contempladas no contrato, que acabam gerando custos para todos os associados”;

5) “A UNIMED Costa Verde irá disponibilizar por meio magnético o resumo das movimentações, que são encaminhadas junto à fatura”;

6) “A UNIMED Costa Verde cobrará retroativamente os ajustes referentes aos meses de maio e junho, em agosto e setembro, respectivamente, e parcelará o ajuste de mensalidade referente ao mês de julho nos meses de outubro e novembro em duas parcelas iguais” – essas cobranças já estão sendo realizadas.

7) “Caso o acordo não seja cumprido, o valor sugerido inicialmente de 16,51% será retornado com cobrança retroativa”.

A Comissão de Saúde informou e esclareceu aos associados sobre as condições (carência, preço, oferta de serviços, etc) apresentadas pela UNIMED Costa Verde e demais operadoras de plano de saúde que foram consultadas, como Coope Saúde, Golden Cross, UNIMED Rio, Assim, CAURJ, entre outras.

A discussão acerca do plano de saúde foi longa. Muitos professores relataram seu descontentamento com os serviços prestados pela UNIMED Costa Verde e a Comissão enfatizou a necessidade de que estas queixas sejam enviadas, por escrito, para a ADUR-RJ.

Ao longo da reunião, algumas propostas foram colocadas para que a Comissão de Saúde encaminhasse. São elas:

1) Discutir o estatuto da ADUR-RJ, para considerar a possibilidade de que não-sócios sejam associados do plano de saúde UNIMED;

2) Discutir o repasse de 3% da UNIMED para a ADUR-RJ – índice aprovado em assembléia;

3) Elaborar uma cartilha de esclarecimento sobre como usar o plano de saúde, a fim de evitar o uso indevido, voluntário ou não, do plano de saúde;

4) Solicitar à UNIMED Costa Verde esclarecimentos acerca do mau atendimento prestado aos associados por outras unidades/ localidades da UNIMED, quando os pacientes necessitam dos serviços do plano, cuja cobertura é nacional;

5) Discutir com a UNIMED Costa Verde a possibilidade de redução da carência se o número de associados que aceitarem migrar para o plano regulamentado for menor do que 50.

6) Debater acerca de uma proposta de Plano Regional;

7) Solicitar à operadora do plano de saúde o extrato mensal de utilização pessoal dos associados;

8) Solicitar à administração da UFRRJ resposta do ofício nº 039/2005, encaminhado em 17/08/2005, que trata da aplicação do decreto nº 4.978, de 03/02/2004, que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor;

9) Discutir o Plano de Saúde UNIMED Costa Verde com co-participação;

10) Discutir a possibilidade de se implementar um plano nacional dos docentes, através do ANDES-SN.

Os associados da ADUR-RJ conveniados à UNIMED têm que dar uma resposta à referida operadora até o dia 15/11. Desta forma, foi marcada uma Assembléia, que contará com a presença do assessor jurídico da ADUR-RJ, para o dia 7/11, às 9h, no Gustavão.



INFORME JURÍDICO DA ADUR-RJ: FGTS

“Prezados Senhores,

Estamos mantendo entendimento com o Jurídico da CEF objetivando acelerar os procedimentos para liberação do FGTS dos professores que ainda não tiveram os valores das perdas do Fundo liberado.

Contudo, a par desses entendimentos, nos foi solicitado que informássemos quais os professores que já receberam junto a Caixa e prestaram contas dos valores recebidos, molde a facilitar o trabalho de cálculo e liberação para os demais docentes, isso para que não haja uma superposição de tarefas para os calculistas da Caixa (como há razoável desorganização da CEF, tudo que possa facilitar o serviço, agiliza os procedimentos).

No entanto, como de conhecimento, não só há professores que ainda não receberam, como há os que receberam e não prestaram contas – baseamo-nos em listagem encaminhada pela Secretária Lindaura – o que, por certo, tornará essa informação que estamos prestando à CEF “capenga”. Esses nomes, por certo, não poderão constar na informação que estamos prestando para a Caixa.

Assim, de modo a facilitar e agilizar os trabalhos necessários junto a CEF, solicitamos dos senhores especial empenho para resolver esse assunto, ou seja, que se mantenha contato com os professores que ainda não receberam ou que receberam e não prestaram contas, para que ulitem, com urgência, as providências necessárias quanto ao exposto, inclusive como meio e modo de facilitar a vida dos demais colegas que ainda não tiveram os valores depositados. Repetimos que quanto menos arestas existirem no processo, mais e mais fácil se torna a liquidação do assunto.

Com minhas cordiais saudações,

Marcelo Charéo — Assessor Jurídico”

EXPEDIENTE

ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNEIRO DA CUNHA E ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 MTB)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

